

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER

Empoderamento das Mulheres e Igualdades de Gênero para o desenvolvimento socioeconômico da África

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezados Delegados,

Esse artigo é destinado aos alunos do ensino médio que participarão do primeiro Modelo das Nações Unidas da FACAMP. A principal meta desse documento é ajudar na preparação dos delegados que participarão do comitê Comissão sobre o *Status* da Mulher. Nós esperamos que esse guia dê suporte para que os delegados consigam perceber a ligação entre a igualdade de gêneros e o processo de desenvolvimento no caso específico da África.

Gostaríamos de agradecer a participação de todos os que se inscreveram nesse comitê e esperamos que a discussão consiga atingir um nível no qual todos possam expor o posicionamento dos seus respectivos países. Com isso, espera-se que os delegados abordem de forma teórica e prática o papel da mulher no desenvolvimento da África, sugerindo projetos e temas que tenham como direcionamento o empoderamento da mulher e a igualdade de gêneros, indicando como a mulher é, e deve continuar sendo, um agente catalisador de melhorias sociais e econômicas.

Desejamos a todos os delegados uma ótima simulação!

Murilo R. A. S. Guimarães - *Diretor do Ensino Médio*
Marina Z. Marques – *Diretora do Ensino Superior*

Júlia I. Landers
Caroline de Rosso
Diretoras-Assistentes do Ensino Superior

Rubia M. Pontes
Kamila de C. Vital
Diretoras-Assistentes do Ensino Médio

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

POSICIONAMENTO DOS PAÍSES MEMBROS

Alemanha

Apesar de ser um dos países mais desenvolvidos do mundo, a Alemanha ainda apresenta dificuldades em promover iguais oportunidades econômicas para as mulheres. Mesmo sendo governado pela chanceler Angela Merkel, ainda há algumas dificuldades para o país assimilar plenamente as mulheres no mercado de trabalho. Na Alemanha, apenas 2% dos altos cargos corporativos são preenchidos por mulheres (BENHOLD, 2011). A Alemanha ocupa o 16º lugar em igualdade salarial entre gêneros (CAMPOS, 2012).

Argentina

A Argentina é conhecida por sua história de fortes líderes do sexo feminino, que são símbolo da participação das mulheres na política. Entretanto, a sociedade argentina ainda sofre com a forte influência da Igreja Católica e com uma cultura "machista". Diante desse quadro, algumas medidas afirmativas foram tomadas, como a adoção de uma lei para ampliar a participação das mulheres no Congresso. Há também que se destacar as melhoras em relação aos salários recebidos entre homens e mulheres: os rendimentos recebidos por mulheres equivalem à 94% dos salários recebidos por homens na mesma posição (FSD, 2005).

Bangladesh

As mulheres em Bangladesh têm lutado para estabelecer seus direitos no país. Até o momento, as mulheres sofrem grande discriminação social e legal e são excluídas do processo de tomada de decisões do país. Não são apenas essas questões formais que preocupam, mas questões práticas, como o fato de 30% da população de Bangladesh encontrar-se mal nutrida, devem ser tratadas imediatamente. Apesar dessas dificuldades, Bangladesh fez algumas melhorias, como incentivos para uma maior participação da mulher na política local e políticas de incentivo à matrícula de meninas nas escolas (WORLD VISION BANGLADESH, 2013).

Bélgica

A Bélgica ocupa uma boa posição quando se trata de igualdade de gêneros. O país apresenta programas governamentais que visam diminuir a assimetria existente

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

na educação (GEPE, 2010), e ocupa a décima colocação quando se trata de equivalência de remuneração entre homens e mulheres (CAMPOS, 2012).

Bielorrússia

A Bielorrússia apoia a ideia de que as mulheres desempenham um papel fundamental na sociedade. Desde a implantação de uma economia orientada para o mercado, as mulheres conquistaram uma grande importância na economia, ao contribuírem para a diversificação econômica do país. Ademais, o país, juntamente com os membros da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), estabeleceu princípios que podem ajudar os países a melhorar a igualdade de gêneros. Estes princípios foram estabelecidos no chamado *Plano de Ação de Gênero* da OSCE e aborda questões como a necessidade de promover a igualdade de oportunidades econômicas para as mulheres e garantir a existência de políticas não discriminatórias. Além disso, a Bielorrússia estabelece parcerias com a sociedade civil, afim de ajudar as mulheres a começarem seus próprios negócios (OSCE, 2006; OSCE, 2010).

Brasil

No Brasil, as taxas de redução da pobreza e melhoria da qualidade da renda estimulou o governo brasileiro a investir em políticas para as mães, proporcionando-lhes cuidados com a sua saúde, com a saúde dos filhos e com sua educação. Apesar das mudanças feitas, ainda há vários problemas que necessitam de ação política. Por exemplo, ainda há uma notável diferença entre o salário das mulheres e dos homens, o que propicia maiores desigualdades no mercado de trabalho (“REDEEMERS...”, 2013).

China

A China atrai atenção internacional na questão do empoderamento da mulher, pois o controle populacional e a subordinação das mulheres no país são assuntos de grande questionamento entre organizações de direitos humanos, como a Anistia Internacional. Contudo, reformas nos últimos 15 anos iniciaram um caminho a ser trilhado para maiores possibilidades de participação feminina na sociedade chinesa (“THE SITUATION...”, 1994).

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Colômbia

No Plano Nacional de Desenvolvimento da Colômbia, criado no governo do presidente Juan Manuel Santos, foi também incluída a Política Pública Nacional de Igualdade de Gêneros para as Mulheres, que é conduzida pelo Conselho Presidencial Superior para a Igualdade da Mulher (ACPEM, no acrônimo em espanhol). Essa política, designada em 2012, busca atingir a igualdade de gêneros no país, uma vez que a Colômbia é um país marcado pela desigualdade entre gêneros e a violência contra a mulher, em virtude dos históricos conflitos entre o governo e os grupos de narcotráfico (BLANCO, 2013).

Camarões

A situação das mulheres em Camarões é ambígua, pois apesar de possuírem empoderamento econômico e mostrarem-se ativas na sociedade civil, não possuem participação política no país, uma vez que tal esfera mostra-se restrita aos homens. A consequência disso é que as mulheres depositam seus esforços em organizações civis (como ONGs e organizações internacionais), pois sentem-se mais representadas por essas instituições do que por partidos políticos de seu país (COREY, 2011).

Cuba

O plano de Cuba para o empoderamento das mulheres inclui melhorar a autonomia econômica, com vistas à criar novas oportunidades econômicas para melhorar o modo de vida. Medidas como aulas de gerenciamento da terra, métodos de gestão cooperativa, e estímulo à liderança econômica das mulheres forma adotadas pelo governo com a ajuda de ONGs e outras organizações internacionais. Essas práticas possibilitaram o aumento da produção de alimentos e a redução das importações, além de melhorarem o mercado de trabalho e estimular as mulheres a buscar novos objetivos. O resultado foi uma maior participação da mulher no crescimento econômico, o que ajudou o país a atingir os Objetivos do Milênio, como a redução da pobreza (MDG ACHIEVEMENT FUND, 2007).

El Salvador

O projeto "Dê à 20 Mulheres Segurança Financeira e Alimentar através da Agricultura Sustentável" ajuda as mulheres de El Salvador a estabelecer e manter suas fazendas e pequenas empresas, afetando positivamente suas comunidades.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um projeto de captação de recursos que ajuda as mulheres a fornecer o básico para suas famílias. Embora a melhora da sua situação econômica ocorra lentamente, é possível verificar os bons resultados do projeto (KARP, 2011).

Espanha

A sociedade espanhola é historicamente marcada por uma cultura paternalista, em que o homem era considerado o chefe da família. Atualmente, essa situação é atenuada em grande parte por esforços do governo, que incentiva a igualdade de gêneros e a luta feminista no país. Segundo a vice-presidente do governo espanhol: "o primeiro Governo paritário da história da Espanha está decidido a colocar fim ao ciclo das renúncias, dos abusos e da discriminação de tantas mulheres" (ICIEG, 2008). Entretanto, os avanços conquistados pelo último governo espanhol estão sendo desafiados pela crise econômica que o país atravessa.

Estados Unidos da América

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) afirma que "o desenvolvimento sustentável e a longo prazo só será possível quando mulheres e homens tiveram oportunidades iguais para aumentar o seu potencial" (USAID, 2013). O desafio principal dos Estados Unidos continua a ser a dificuldade para ultrapassar as barreiras no que concerne à participação feminina nos campos político e econômico. Por exemplo, as mulheres enfrentam maiores dificuldades para abrir suas próprias empresas americanas ou atuar em áreas de prevenção e de resolução de conflitos (US DEPARTMENT OF STATE, 2013).

Estônia

A Estônia está entre os primeiros 25 países que fizeram progressos consideráveis em matéria de igualdade de gênero nos últimos anos. Este país é também um dos países mais avançados do leste europeu em relação à questão. É importante ressaltar que, apesar da Estônia estar em um processo de melhoria de oportunidades econômicas e nível educacional, ainda há muito para se avançar em relação aos cuidados com a saúde e o bem-estar das mulheres (LOPEZ-CLAROS; ZAHIDI, 2005).

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Filipinas

Apesar do fato dos salários das mulheres corresponderem a 76% em relação aos dos homens, as Filipinas alcançaram grandes melhorias nesse campo. A aprovação do *Ato sobre a Mulher no Desenvolvimento e na Construção da Nação*, que declara o comprometimento do governo para fortalecer a igualdade de gênero, foi uma conquista importante no país. Além disso, lembrando que as mulheres são as mais atingidas em famílias e sociedades pobres, o governo criou um programa de transferência de renda buscando melhorar as condições das famílias pobres e, indiretamente, realizar o empoderamento da mulher (“PHILIPPINES...”, 2012).

Finlândia

A Finlândia foi o primeiro país a conferir todos os poderes políticos às mulheres. Atualmente, o arcabouço governamental apoia as mulheres e concede total assistência e seguridade social, a fim de garantir a simultaneidade de sua vida materna com sua carreira profissional (MANNINEN, 2010). Ademais, a Finlândia ocupa a sexta posição na remuneração igualitária entre os gêneros (CAMPOS, 2012).

Gâmbia

Em fevereiro de 2013, a Gâmbia foi a anfitriã de um *workshop*, organizado em parceria com a UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas), que visava a implementação de um plano de ação para melhorar a qualidade de vida das mulheres que sofreram algum tipo de abuso. Anteriormente, a Gâmbia havia lançado estudos para identificar as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças sofridas pelas mulheres do país. Ademais, a Gâmbia está tentando desenvolver iniciativas para fomentar a liderança feminina nas áreas socioeconômica, política e culturais (UNESCO, 2013).

Geórgia

Desde a sua independência, após o desmantelamento da União Soviética em 1991, a Geórgia está comprometida em estabelecer valores democráticos em sua sociedade. Nesse sentido, a promoção de igualdade de gênero é essencial, uma vez que a igualdade entre os cidadãos é uma característica importante da democracia. No entanto, existem alguns obstáculos econômicos e sociais, como a alta taxa de desemprego e de pobreza, além dos conflitos étnicos. Esses problemas dificultam

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

os esforços do governo e da sociedade civil em implementar totalmente a igualdade entre gêneros (CHKHEIDZE, 2010).

Guiné

A constituição da Guiné, aprovada em 1990 e emendada em 2001, garante alguns direitos de igualdade entre homens e mulheres. O posicionamento oficial do seu governo diz que o país está caminhando para o alcance da igualdade de gêneros, e que sua política atual referente ao assunto é satisfatória. Entretanto, de acordo com as Nações Unidas, "(...) mulheres continuam enfrentando problemas e dificuldades, como casamentos precoces, analfabetismo, e baixos padrões de vida, que as privam de expressar livremente a sua opinião sobre o seu futuro marido. Tais problemas são encontrados na maioria das vezes em áreas rurais"(CEDAW, 2005, p. 19).

Holanda

Embora a Holanda seja um país desenvolvido, com amplas liberdades civis e altos níveis de participação política das mulheres, seu empoderamento ainda apresenta desafios. A contribuição das mulheres na renda familiar, por exemplo, é significativamente menor se comparada à renda dos homens; 25% das mulheres holandesas não são independentes financeiramente. A diferença entre salários também é alta, mas uma das razões para tanto é que grande parte das mulheres escolhe trabalhos de meio período (OLIEN, 2010).

Indonésia

Na Indonésia, as normas socioculturais dão enorme importância ao papel político e econômico dos homens. Mas importantes medidas foram tomadas, como a ratificação da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher; e a aprovação de uma lei que estabelece cotas para a maior participação das mulheres como candidatas nas eleições do país (WOMEN WATCH, 2013).

Irã

O Irã tem sido criticado pela comunidade internacional por suas políticas discriminatórias para com as mulheres. As principais práticas que levantam

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

preocupações são: as punições por adultério com a morte; e a falta dos direitos básicos, como: direito de escolher maridos, direito ao divórcio, direito à custódia de crianças, direito de educação após o casamento, direito de proteção contra tratamentos violentos em espaços públicos, entre outros (INTERNATIONAL CAMPAIGN FOR HUMAN RIGHTS IN IRAN, 2010). Esses desafios precisam ser enfrentados pelo governo iraniano durante seu mandato na CSM (Comissão para o Status da Mulher).

Iraque

De acordo com as Nações Unidas, “mulheres iraquianas hoje sofrem pela falta de oportunidades educacionais, falta de assistência médica e acesso limitado ao mercado de trabalho, bem como altos níveis de violência e desigualdade” (UNAMI, 2013). Desde o fim da Guerra do Iraque, com a retirada das tropas estadunidenses em 2011, o Iraque recebe ajuda da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), seguindo as políticas indicadas pela Agência. Tais políticas são guiadas pelo princípio de que as mulheres desempenham um papel fundamental no bem estar e na segurança das famílias iraquianas e que mulheres educadas, empregadas e ativas são cruciais para o desenvolvimento e a reconstrução do país (USAID, 2012).

Israel

Apesar dos problemas em casos particulares, Israel tem um histórico importante na luta a favor da igualdade de gênero. Os direitos de ambos, homens e mulheres, são similares, e o direito formal para se vestir, de mover-se livremente e de trabalhar são respeitados. Ademais, homens e mulheres detêm os mesmos deveres militares. Isso não significa, no entanto, que os gêneros são amplamente iguais em Israel. Até maio de 2013, mulheres tinham espaços públicos separados (como ter permissão de sentar apenas nos assentos traseiros dos ônibus). E ainda que as mulheres formalmente tivessem o direito de vestir-se conforme a sua vontade, existem sinalizações que as aconselham o contrário. O governo de Netanyahu, em conjunto com o procurador geral Yehuda Weinstein, está se esforçando para abolir essas práticas (RUDOREN, 2013).

Itália

A Itália é muito criticada internacionalmente pela fragilidade de suas políticas de igualdade de gêneros, principalmente quando comparada a outros países

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

europeus. O principal problema das políticas italianas é a visão patriarcal da família e da sociedade, em que conecta os direitos das mulheres apenas com o seu papel de mãe, o que demonstra uma falta de avanços em seus direitos no campo do trabalho e da política (BONINO, 2013).

Jamaica

A ministra da Jamaica responsável pelos assuntos de gênero, Sandra Falconer, afirma que o país tem melhorado substancialmente na questão do empoderamento das mulheres desde a sua independência, em 1962. "Nós elegemos uma primeira-ministra do sexo feminino, o que significa que temos quebrado o teto de vidro em relação ao mais alto nível de liderança política", diz Falconer ("WOMEN...", 2013). A Jamaica reafirmou que uma melhor participação das mulheres na sociedade pode contribuir para criar os filhos de modo sustentável e até promover o desenvolvimento econômico.

Japão

As mulheres no Japão ainda sofrem com alguns tipos de discriminação devido à sua cultura patriarcal. A cultura japonesa reconhece que o homem é o principal agente de influência econômica e política e que seu poder é essencial para administrar a sua família e tomar decisões. Apesar de ser um país desenvolvido, ainda existem problemas em termos de trabalho e igualdade profissional entre homens e mulheres. A maioria das mulheres possuem apenas trabalhos de meio período e não detêm os mesmos direitos que os homens (FUJINO, 2013).

Libéria

A primeira presidente mulher no continente africano foi Ellen Johnson Sirleaf, a presidente liberiana eleita em 2005 ("LIBERIAN...", 2006). Embora esse fato expresse um progresso significativo do empoderamento da mulher na Libéria, as consequências da guerra civil (1989-1996; 1999-2003) – como estupro e outras formas de violência sexual – permanecem oprimindo o sexo feminino. Ainda, a marginalização feminina e as desigualdades de gênero estão enraizadas em tradições liberianas, as quais encaram as mulheres como o sexo frágil. Essa percepção tende a limitar a sua participação na tomada de decisões. Outro desafio do país é a prática generalizada do casamento precoce e a violência contra mulheres. A ONU Mulheres tem trabalhado na Libéria desde 2004 e, atualmente, possui um dos maiores escritórios na África Ocidental (UN WOMEN, 2011).

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Líbia

A Líbia apresenta uma sociedade em que os homens tradicionalmente possuem o poder de decisão. No entanto, desde o fim da ditadura de Muammar Gaddafi, uma nova geração de ativistas dos direitos das mulheres está emergindo. Tais ativistas se reúnem para discutir suas demandas, o que inclui a participação feminina no processo de elaboração da nova Constituição e uma cota de 40% para as mulheres na comissão parlamentar (HAWLEY, 2001). As mulheres da Líbia têm promovido diversas manifestações nas ruas, aclamando por seus direitos; a maioria das manifestações foi conduzida por líderes de ONGs, como o *The Voice of Libyan Women*, uma organização que enfoca no empoderamento econômico das mulheres e em sua participação política.

Malásia

O país enfrenta sérios problemas em garantir o respeito aos direitos da mulher. Recentemente, o governo divulgou que as mulheres muçulmanas deveriam abandonar o uso de maquiagem e saltos altos, a fim de evitar estupros ou qualquer outro abuso sexual. Ainda que as regras não sejam obrigatórias, o governo priva as mulheres de suas liberdades e direitos. Sem mencionar o fato de que essas medidas dificultam a força da lei contra os agressores (“CONTRA...”, 2013).

Malauí

O Malauí busca formas efetivas de acabar com a violência contra a mulher, e o empoderamento é uma das prioridades na agenda governamental. O país incluiu leis em sua Constituição buscando meios legais para proteger as mulheres. A saúde da mulher também é prezada nas políticas do país, que conseguiu diminuir a taxa de morte das mães de 675 para 460 a cada 100.000 nascimentos em 2010 (MINISTER OF GENDER, CHILDREN AND SOCIAL WELFARE, 2013).

Mauritânia

O respeito à igualdade de gêneros é determinado no primeiro artigo da constituição da Mauritânia. Além disso, essa nação ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres em 2001 e o Protocolo da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher na África em 2005. Ademais, em 2006, o país adotou uma

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

política afirmativa que estabelece que pelo menos 20% das representações do governo devem ser compostas por mulheres ("MAURITANIA...", 2008).

Mongólia

Sob a influência da União Soviética durante a Guerra Fria, a Mongólia foi capaz de prover educação e outros benefícios a favor da participação das mulheres na economia. Atualmente, a Mongólia é um país democrático que promove o empoderamento da mulher. Entretanto, questões como pobreza, desemprego e diferenças salariais tendem a afetar mais as mulheres que os homens do país (ROSSABI, 2013).

Nicarágua

O relatório de 2012 do Fórum Econômico Mundial mostrou que a Nicarágua é um dos países que mais promoveu o empoderamento das mulheres nos últimos anos. Mesmo sendo um país em desenvolvimento, a Nicarágua se mostrou como um exemplo nessa questão, ocupando a melhor posição entre os países latino-americanos e muito à frente dos Estados Unidos. Tais resultados refletem as mudanças ocorridas em maio de 2012, quando a Nicarágua aprovou um projeto de lei que exige que pelo menos 50% dos candidatos dos partidos políticos sejam mulheres (CLANCY, 2012).

Nigéria

A Nigéria apresenta grande parte de sua população feminina na área rural, o que dificulta o trabalho de empoderamento das mulheres. Entretanto, o país tem se mostrado extremamente preocupado acerca do tema e busca, através de medidas concretas, contribuir para que a situação mundial mude. Um exemplo de tais ações é a doação de US\$ 500 mil para a ONU Mulheres (UN WOMEN, 2011).

República Centro-Africana

O país vem lidando com muitas acusações de abuso de poder e violações dos direitos humanos. Um dos especialistas em direitos humanos da região afirmou que "Estamos seriamente preocupados com atos de assassinatos, torturas, detenções arbitrárias, violência baseada no gênero, desaparecimentos forçados, injustiça e o clima generalizado de insegurança e ausência do Estado de Direito que

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

prevalece no país nos últimos cinco meses" (SMITH, 2013). Defensores dos direitos humanos foram perseguidos e ameaçados para que não divulgassem as evidências de abusos, como atos de violência contra a mulher, a ocupação de escolas e o recrutamento de crianças ("GROUP...", 2013).

República da Coreia

Apesar do elevado grau de instrução das mulheres coreanas (em torno de 80% das mulheres possuem um diploma universitário), seus salários são significativamente menores que dos homens de mesma idade e cargo (KIM, 2012). Devido a isso, o governo estimula mulheres empresárias e oferece subsídio àquelas que desejam desenvolver atividades econômicas. Ademais, a Coreia aprovou uma lei que estabelece cotas para candidatas do sexo feminino, reduzindo as desigualdades de gênero na política (KAKUCHI, 2010).

República Democrática do Congo

Em virtude das décadas de guerra civil na República Democrática do Congo, milhões de mulheres foram deslocadas e várias delas foram sequestradas em virtude da guerra. Outro problema é o analfabetismo, que afeta 43% das mulheres do país – esse fator prejudica enormemente as chances de empoderamento das mulheres do país. Embora as mulheres gozem de alguns direitos legais, como o direito à terra, elas ainda enfrentam vários problemas, como a mutilação genital, dificuldades em acessar o sistema de saúde e a baixa representação política. Por outro lado, pode-se notar algumas melhoras, com a criação da lei que proíbe que meninas abaixo de 18 anos se casem (EPATKO, 2013).

República Dominicana

Na República Dominicana, os resultados para o empoderamento das mulheres são significativos. O país recebe várias doações de diferentes ONGs, destinadas à prover melhor educação, desenvolvimento de pequenos negócios, aulas de alfabetização de adultos e programas materno-infantil. Dessa forma, as mulheres podem fortalecer suas comunidades e melhorar a condição socioeconômica de suas famílias (PLAN INTERNATIONAL USA, 2013).

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Ruanda

A Constituição estabelecida em Ruanda em 2003 foi um ponto-chave na mudança de vida de muitas mulheres do país. Antes de 2003, as mulheres não tinham o direito de herdar terras, e era considerado vergonhoso para uma mulher falar em público. Atualmente, a educação feminina foi considerada uma prioridade para o governo, e foi estabelecido que as mulheres deveriam fazer parte de 30% dos cargos em órgãos de tomada de decisão. Por fim, o presidente do país acredita que o empoderamento da mulher é crucial para o desenvolvimento social do país (BIKORIMANA, 2012).

Rússia

Durante o regime soviético, as mulheres russas conquistaram igualdade social em relação aos homens principalmente nos campos de educação e trabalho. Esse avanço foi possível devido à ideologia marxista-leninista, que apoiava algum grau de igualdade entre gêneros. Entretanto, em termos de representação política, as mulheres eram excluídas do processo de tomada de decisão (USHA, 2005). Ainda hoje, as mulheres russas estão incluídas em termos socioeconômicos, porém, a representação política ainda é tímida. Assim, a Rússia procura inserir o tema de representação feminina na agenda regional e internacional.

Suíça

A Suíça é um país que possui a igualdade entre gêneros garantida em sua constituição e, de fato, é possível constatar tal igualdade em quase todos os âmbitos sociais. Entretanto, assim como em outros países europeus desenvolvidos, a diferença entre homens e mulheres é verificada principalmente no âmbito salarial, no qual os salários recebidos pelas mulheres são expressivamente menores que os dos homens (“MULHERES...”, 2002). A Suíça possui uma igualdade salarial menor que Israel (CAMPOS, 2012).

Tailândia

Desde a última década, o governo da Tailândia se comprometeu com o empoderamento das mulheres e com a diminuição da disparidade entre gêneros. Leis como o Código Civil – que promove os direitos iguais entre homens e mulheres em relação ao divórcio – e a Lei de Proteção das Vítimas de Violência Doméstica – que criou uma base para proteger e recuperar as vítimas de agressões

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

domésticas – são exemplos de ações do governo tailandês para prover melhores condições às mulheres (UN WOMEN, 2012).

Uruguai

A lei 18.104 aprovada no Uruguai em 2007 foi um grande passo nas políticas do país em relação à igualdade de gênero e empoderamento da mulher, pois criou diversos órgãos que reconhecem a igualdade de direitos de homens e mulheres (SENADO Y LA CÁMARA DE REPRESENTANTES DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY, 2007). A lei também estabelece e desenvolve planos e instituições concretas para garantir direitos e oportunidades iguais de uma perspectiva de gênero.

Zimbábue

Em 2013, o Zimbábue aprovou uma nova constituição que enfatiza a importância da igualdade de gênero e estabelece tal igualdade como um valor fundamental para o país. A nova constituição está alinhada com as declarações regionais e internacionais ratificadas pelo país. O Zimbábue também criou novas instituições voltadas para o empoderamento da mulher, como a *Comissão de Gênero*, que é responsável por recomendar políticas, promover ações afirmativas e investigar violações dos direitos de gênero (“ZIMBABWEANS...”, 2013).

ONU Mulheres

A ONU Mulheres é a organização da ONU dedicada à promover a igualdade de gêneros por meio de um conjunto de políticas e programas voltados para a eliminação da discriminação contra a mulher; o empoderamento da mulher; e a promoção de igualdade de gêneros em termos de desenvolvimento, ação humanitária e segurança (UN WOMEN, 2013).

REFERÊNCIAS

BENHOLD, Katrin. “Alemanha: mulheres enfrentam desigualdade no mercado de trabalho”. **The New York Times - Jornal do Brasil**, July 4th, 2011. Disponível em:
<<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2011/07/04/alemanha->

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

mulheres-enfrentam-desigualdade-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 10 Ago. 2013.

BIKORIMANA, D. **Rwanda: The Land of Gender Equality?** Think Africa Press, May 15th, 2012. Disponível em: <<http://thinkafricapress.com/rwanda/women-gender-equality>>. Acesso em 13 Ago. 2013.

CAMPOS, Elisa. “Os melhores e piores países para ser Mulher”. **Época Negócios**. 10 de Julho de 2012. Disponível em: <<http://colunas.revistaepocaenegocios.globo.com/financasdebolso/2012/07/10/os-melhores-e-os-piores-paises-para-ser-mulher/>>. Acesso em 10 Ago. 2013.

CEDAW - COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN. **Consideration of reports submitted by States parties under Article 18 of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women Combined fourth, fifth and sixth periodic reports of States parties Guinea**. Sept. 7th, 2005. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/511/37/PDF/N0551137.pdf?OpenElement>>. Acesso em 13 Ago. 2013.

CHKHEIDZE, K. **Gender Politics in Georgia**. Gunda Werner Institute. 2010. Available at: <<http://www.gwi-boell.de/web/democracy-100-years-women's-day-georgia-gender-politics-3060.html>>. Acesso em 9 Ago. 2013

CLANCY, Susan. **Nicaragua, ¿nuevo líder mundial en Empoderamiento Femenino?**. El Nuevo Diálogo Website. 13 de Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.elnuevodiario.com.ni/opinion/271929-nicaragua-nuevo-lider-mundial-empoderamiento-femenino>>. Acesso em 13 Ago. 2013.

“CONTRA estupro, mulheres da Malásia devem 'deixar maquiagem e salto alto’”. **G1**. 24 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL612198-5602,00-CONTRA+ESTUPRO+MULHERES+DA+MALASIA+DEVEM+DEIXAR+MAQUIAGEM+E+SALTO+ALTO.html>>. Acesso em 13 Ago. 2013.

COREY, C. W. **Mulheres no Camarões devem ser empoderadas Economicamente e Politicamente**. Embaixada dos Estados Unidos em Luanda - Angola, 8 de março de 2011. Disponível em: <<http://portuguese.angola.usembassy.gov/newswomencameroon03082011.html>>. Acesso em: 29 Ago. 2013.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

FSD - FOUNDATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Gender Equity Issues in Argentina.** Foundation for Sustainable Development Website. 2005. Disponível em:

<<http://www.fsdinternational.org/country/argentina/weissues>>. Acesso em 8 Ago. 2013.

FUJINO, Y. **Japão ainda dificulta a carreira de mulheres.** Nippo Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.nippobrasil.com.br/especial/561.shtml>>. Acesso em 9 Ago. 2013.

GEPE - GABINETE DE ESTATÍSTICA E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO. **Estereótipos Tradicionais Permanecem o Desafio Principal para a Igualdade de Género na Educação.** Ministério da Educação de Portugal, 8 de Junho de 2010. Disponível em: <<http://www.gepe.min-edu.pt/np4/460.html>>. Acesso em 10 Ago. 2013.

“GROUP of UN experts raise alarm over lawlessness in Central African Republic”. **UN News Centre.** 6 August, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=45568&Cr=central+african+republic&Cr1=#.UgTwVtI3tsk>>. Acesso em 08.Ago.. 2013.

HAWLEY, Caroline. **Libyan women battle for empowerment.** BBCNews - Africa. Dezembro 13th, 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-16160671>>. Acesso em 08 Ago.. 2013.

ICIEG - Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género. **Espanha: Governo incentiva luta por igualdade de Género.** Notícias Terra/Agência EFE, 2008. Disponível em: <<http://www.icieg.cv/article/86>> Acesso em: 29 Ago. 2013.

INTERNATIONAL CAMPAIGN FOR HUMAN RIGHTS IN IRAN, **Letter by Women's Rights Activists to Members of the United Nation's Economic and Social Council.** April 27th, 2010. Disponível em: <<http://www.iranhumanrights.org/2010/04/letter-economic-social-council/>>. Acesso em Ago. 25th, 2013.

KAKUCHI, S. **Despite Gains, South Korean Women Still Struggle for Equality.** Inter Press Service, June 29th, 2010. Disponível em: <<http://www.ipsnews.net/2010/06/despite-gains-south-korean-women-still-struggle-for-equality/>>. Acesso em 13 Ago. 2013.

KIM, J. “South Korea's gender gap widens”. **PressTV.** December 4th, 2012. Disponível em:

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

<<http://www.presstv.com/detail/2012/12/04/276197/south-koreas-gender-gap-widens/>>. Acesso em 13 Ago. 2013.

“LIBERIAN becomes Africa’s first female president”. **NBC News – Africa**. Jan 1st, 2006. Disponível em:

<http://www.nbcnews.com/id/10865705/ns/world_news-africa/t/liberian-becomes-africas-first-female-president/#.Uho1fT-d1i5>. Acesso em 25 Ago. 2013.

LOPEZ-CLAROS, A.; ZAHIDI, S. **Women’s Empowerment: Measuring the Global Gender Gap**. World Economic Forum, 2005. Disponível em: <http://www.weforum.org/pdf/Global_Competitiveness_Reports/Reports/gender_gap.pdf>. Acesso em 08 Ago.. 2013.

MEWC - MAKE EVERY WOMEN COUNT. **Comoros**. Make Every Women Count Website, 2010. Disponível em: <http://www.makeeverywomancount.org/index.php?option=com_fjrelated&view=fjrelated&id=100&Itemid=79>. Acesso em 08. Ago.. 2013.

MINISTER OF GENDER, CHILDREN AND SOCIAL WELFARE. **Statement by the Minister of Gender, Children and Social Welfare, Honourable Anita Kalinde, MP, presented at the Fifty-seventh Session of the Commission on the Status of Women**. New York, 4th to 14th March, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw57/generaldiscussion/memberstates/malawi.pdf>>. Acesso em 7 Ago. 2013.

“MULHERES ganham menos e têm pouca participação política”. **Swissinfo**, 08 de Março de 2000. Disponível em: <<http://www.swissinfo.ch/por/index.html?cid=1434448>> Acesso em: 29 Ago. 2013.

OSCE - ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE. **OSCE Action Plan for the Promotion of Gender Equality**. ODIHR contribution for the Annual Evaluation Report on Gender Issues in the OSCE. Office for Democratic Institutions and Human Rights, May 2006. Disponível em: <<http://www.osce.org/odihr/19333>>. Acesso em 9 Ago. 2013.

OSCE - ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE. **OSCE Office promotes economic empowerment of women with meeting in south-eastern Belarus**. OSCE Press Release. October 19th, 2010. Disponível em: <<http://www.osce.org/minsk/74016>>. Acesso em 09 Ago. 2013.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

“REDEEMERS of a macho society”.**The Economist**.June 15th, 2013. Availble at: <<http://www.economist.com/news/business/21579435-brazilian-women-are-making-remarkable-progress-not-least-business-redeemers-macho>>. Acessoem 8 Ago. 2013.

ROSSABI, M. **Women in Modern Mongolia**.Asia Society, 2013.Disponível em: <<http://asiasociety.org/countries/traditions/women-modern-mongolia>>. Acessoem: 13 Ago. 2013.

RUDOREN, Jodi. “Israel Moves to End Gender Segregation in Public Spaces”.**The New York Times**. 8 May 2013.Disponívelem: <http://www.nytimes.com/2013/05/09/world/middleeast/israel-moves-to-end-gender-segregation-in-public-spaces.html?_r=0>. Acessoem 13 Ago. 2013.

SENADO Y LA CÁMARA DE REPRESENTANTES DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. **Ley 18.104** - Promocion de la Igualdad de Derechos y Oportunidades entre Hombres y Mujeres en La Republica Oriental del Uruguay. Centro de Información Oficial de Uruguay, 10 de Março de 2007. Disponível em: <<http://www.impo.com.uy/bancodatos/18104.htm>>. Acesso em 10 Ago. 2013.

SMITH, Erica. Concern Mounts as Central African Republic Heads Towards Crisis. Impunity Watch, Ago. 9th, 2013. Disponívelem: <<http://impunitywatch.com/concern-mounts-as-central-african-republic-heads-towards-crisis/>>. Acessoem 25 Ago. 2013.

“THE SITUATION of Chinese women”.**Information Office of the State Council of the People's Republic of China**.June,1994. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/zhengfu/2002-11/18/content_633184.htm>. Acesso em 7 Ago. 2013.

UN WOMEN - UNITED NATIONS OFFICE FOR GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN. **Thailand**. UN WOMEN – East and Southeast Asoa Region, 2012.Disponívelem: <<http://www.unwomen-eseasia.org/docs/factsheets/06%20THAILAND%20factsheet.pdf>>. Acessoem 13 Ago. 2013.

UN WOMEN – UNITED NATIONS OFFICE FOR GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN.**Liberia Country Office Brief**. 2011. Disponívelem: <<http://unwomenwestafrica.blog.com/files/2011/06/Liberia-Country-Office-Brief-Whole.pdf>>. Acesso em: 08 Ago.. 2013.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

UNAMI – UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION FOR IRAQ. **Women in Iraq Factsheet.** UN Iraq, March 2013. Disponível em: <<http://unami.unmissions.org/LinkClick.aspx?fileticket=xqx9gxy7lSk%3D&tabid=2790&language=en-US>>. Acesso em 25 Ago. 2013.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Violence against Women in West Africa: Last Workshop in the Gambia.** UNESCO Office in Dakar. 21 February 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/sv/news/violence_against_women_in_west_africa_last_workshop_in_gambia/#.UhoaRz-d1i4>. Acesso em 08 Ago. 2013.

USAID - U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Gender Equality and Female Empowerment Policy.** U.S. Agency for International Development. Washington DC, March 2012. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pdact200.pdf>. Acesso em 13 Ago. 2013.

USHA, K. B. **Political Empowerment of Women in Soviet Union and Russia.** In: International Studies. Vol. 42, No. 2, April 2005. Disponível em: <<http://isq.sagepub.com/content/42/2/141.short>>. Acesso em 9 Ago. 2013.

“WOMEN making great strides in politics since independence”. **The Cleaner,** March 11th, 2013. Disponível em: <<http://jamaicagleaner.com/gleaner/20130311/news/news6.html>>. Acesso em 9 Ago. 2013.

WORLD BANK. **Niger:** country brief. World Bank Website. November 2012. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/AFRICAEXT/NIGEREXTN/0,,menuPK:382460~pagePK:141132~piPK:141107~theSitePK:382450,00.html>>. Acesso em 7 Ago. 2013.

WORLD VISION BANGLADESH. **Gender Equality.** World Vision International, 2013. Disponível em: <<http://bangladesh.wvasiapacific.org/in-action-mainmenu-88/28-gender-equality>>. Acesso em 13 Ago. 2013.

“ZIMBABWEANS say yes to new Constitution strong on gender equality and women’s rights”. **Relief Web.** April 19th, 2013. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/zimbabwe/zimbabweans-say-yes-new-constitution-strong-gender-equality-and-women%E2%80%99s-rights>>. Acesso em 13 Ago. 2013.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

REGRAS ESPECIAIS DE PROCEDIMENTO PARA A COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER

1. Documento Final – Conclusões Acordadas

O documento final aceito na Comissão do Status da Mulher é uma Conclusão Acordada. Esse documento deve conter recomendações de políticas e práticas acerca da promoção da Igualdade de Gêneros e o Empoderamento da Mulher. Um modelo de Conclusões Acordadas pode ser consultado na próxima seção desse Guia de Conferência.

2. Votação por Consenso

Todas as questões substantivas, como votações em uma Conclusão Acordada, Emendas e Divisão de Questão, apenas serão aprovadas em caso de consenso das nações presentes na reunião. Ademais, se mais de um terço de todo o quórum se abster de votar o documento não será aprovado.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

MODELO DE CONCLUSÕES ACORDADAS

2003/44

AGREED CONCLUSIONS ON FINANCING GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN

1. The following agreed conclusions adopted by the Commission are brought to the attention of the General Assembly as an input into the preparations for and outcome of the Follow-up International Conference on Financing for Development to Review the Implementation of the Monterrey Consensus to be held in Doha from 29 November to 2 December 2008.

Financing for gender equality and the empowerment of women*

**For the discussion, see chap. II, paras. 61-64.*

1. The Commission on the Status of Women reaffirms the Beijing Declaration and Platform for Action, which emphasized the need for political commitment to make available human and financial resources for the empowerment of women and that funding had to be identified and mobilized from all sources and across all sectors to achieve the goals of gender equality and the empowerment of women, and the outcome of the twenty-third special session of the General Assembly, which called upon Governments to incorporate a gender perspective into the design, development, adoption and execution of all policies and budgetary processes, as appropriate, in order to promote equitable, effective and appropriate resource allocation and establish adequate budgetary allocations to support gender equality and development programmes that enhance women's empowerment.

2. The Commission reaffirms the declaration adopted on the occasion of the tenth anniversary of the Fourth World Conference on Women, which stressed that challenges and obstacles remained in the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action and the outcome documents of the twenty-third special session of the General Assembly, and pledged to take further action to ensure their full and accelerated implementation.

3. The Commission recalls the outcome of the International Conference on Financing for Development held in Monterrey, Mexico, in 2002, which affirms, inter alia, that a holistic approach to the interconnected national, international and

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

systemic challenges of financing for development, sustainable, gender-sensitive, people-centred development, in all parts of the globe is essential.

4. The Commission also recalls the 2005 World Summit and reaffirms that the full and effective implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action and the outcome of the twenty-third special session of the General Assembly, the International Conference on Population and Development and other relevant United Nations summits and conferences are essential contributions to the achievement of the internationally agreed development goals, including those contained in the United Nations Millennium Declaration, in particular, on the promotion of gender equality and the empowerment of women.

5. The Commission reaffirms the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women and its Optional Protocol and the Convention on the Rights of the Child, and takes note of the work of the Committee on the Elimination of Discrimination against Women towards the practical realization of the principle of equality between women and men and between girls and boys.

6. The Commission also reaffirms that States have primary responsibility for promoting gender equality and the empowerment of women and girls and that gender mainstreaming and national machineries are necessary and play a critical role in the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action and that, in order for national machineries to be effective, a strong institutional framework with clear mandates, location at the highest possible level, accountability mechanisms, partnership with civil society, a transparent political process, adequate financial and human resources and continued strong political commitment are crucial.

7. The Commission recalls that the Platform for Action recognizes that its implementation requires adequate financial resources committed at the national and international levels and that strengthening national capacities in developing countries in this regard requires striving for the fulfilment of the agreed targets of overall official development assistance from developed countries as soon as possible. The Commission recognizes the importance of the full utilization of all sources of development finance.

8. The Commission also recognizes the importance of gender mainstreaming as a tool for achieving gender equality and, to that end, the need to promote the mainstreaming of a gender perspective in the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and social

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

spheres and to strengthen the capabilities of the United Nations system in the area of gender.

9. The Commission reaffirms that gender equality and the promotion and protection of the full enjoyment of human rights and fundamental freedoms for all are essential for advancing development, peace and security, and stresses that peace is inextricably linked to equality between women and men and to development.

10. The Commission reaffirms that the promotion and protection of, and respect for, the human rights and fundamental freedoms of women, including the right to development, which

are universal, indivisible, interdependent and interrelated, should be mainstreamed into all policies and programmes aimed at the eradication of poverty, and also reaffirms the need to take measures to ensure that every person is entitled to participate in, contribute to and enjoy economic, social, cultural and political development.

11. The Commission notes the growing body of evidence demonstrating that investing in women and girls has a multiplier effect on productivity, efficiency and sustained economic growth and that increasing women's economic empowerment is central to the achievement of the Millennium Development Goals and to the eradication of poverty, and recognizes that adequate resources need to be allocated at all levels, mechanisms and capacities need to be strengthened and gender-responsive policies need to be enhanced to fully utilize the multiplier effect.

12. The Commission reaffirms the goals aimed at reducing maternal and child mortality, combating HIV/AIDS and improving maternal health by 2015, as contained in the Millennium Development Goals, as well as the goal of achieving universal access to reproductive health, as set out at the International Conference on Population and Development, which are critical to the promotion of gender equality and the empowerment of women and girls.

13. The Commission recalls the recognition in the Beijing Platform for Action of the role of the United Nations, including funds, programmes and specialized agencies, in particular the special roles of the United Nations Development Fund for Women (UNIFEM) and the International Research and Training Institute for the Advancement of Women (INSTRAW), within their respective mandates, and recognizes the role of the Office of the Special Adviser on Gender Issues and

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Advancement of Women and the Division for the Advancement of Women, as part of the United Nations system, in the promotion of gender equality and the empowerment of women and, therefore, in the implementation of the Platform for Action.

14. The Commission also recalls that the Bretton Woods institutions, other financial institutions and the private sector also have an important role to play in ensuring that financing for development promotes gender equality and the empowerment of women and girls.

15. The Commission recognizes the importance of non-governmental organizations, as well as other civil society actors, in advancing the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action.

16. The Commission is concerned that insufficient political commitment and budgetary resources pose obstacles to promoting gender equality and women's empowerment and continue to undermine the effectiveness and sustainability of both national mechanisms for the advancement of women and women's organizations in advocating for, implementing, supporting and monitoring the effective implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action and the outcome of the twenty-third special session of the General Assembly.

17. The Commission is concerned about the growing feminization of poverty and reiterates that eradicating poverty is the greatest global challenge facing the world today, and an indispensable requirement for sustainable development, in particular for developing countries, including the least developed countries. In this regard, the Commission stresses that achieving

the Millennium Development Goals and other internationally agreed development goals is a global effort that requires investing sufficient resources for gender equality and the empowerment of women and girls.

18. The Commission remains concerned about the lingering negative consequences, including for women, of structural adjustment programmes, stemming from inappropriate design and application.

19. The Commission expresses its concern about the under-resourcing in the area of gender equality in the United Nations system, including at UNIFEM and INSTRAW, the Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women and the Division for the Advancement of Women, and stresses the need for

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

more effective tracking of resources allocated to and spent on enhancing gender equality and the empowerment of women across the United Nations system, including on gender mainstreaming.

20. The Commission states that the global commitments for the achievement of gender equality and empowerment of women since the Fourth World Conference on Women, including through the Monterrey Consensus, have yet to be fully implemented.

21. The Commission urges Governments and/or, as appropriate, the relevant funds, programmes and specialized agencies of the United Nations system, within their respective mandates, and invites the international financial institutions, civil society, non-governmental organizations and the private sector, bearing in mind national priorities, to take the following actions:

(a) Increase the investment in gender equality and the empowerment of women and girls, taking into account the diversity of needs and circumstances of women and girls, including through mainstreaming a gender perspective in resource allocation and ensuring the necessary human, financial and material resources for specific and targeted activities to ensure gender equality at the local, national, regional and international levels, as well as through enhanced and increased international cooperation;

(b) Ensure that sufficient resources are allocated for activities targeting the elimination of persistent obstacles to gender equality and the empowerment of women and girls in all critical areas of concern of the Platform for Action;

(c) Design and strengthen poverty eradication strategies, with the full and effective participation of women, that reduce the feminization of poverty and enhance the capacity of women and empower them to meet the negative social and economic impacts of globalization;

(d) Create an environment in which women and girls can fully share the benefits of the opportunities offered by globalization;

(e) Integrate a gender perspective into the design, implementation, monitoring and evaluation and reporting of all national economic policies, strategies and plans, in a coordinated manner across all policy areas, including in national development, social protection and poverty reduction strategies, and involve national

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

mechanisms for the advancement of women and women's organizations in the design and development of such policies, strategies and plans with the goal of gender equality and the empowerment of women;

(f) Incorporate gender perspectives into all economic policymaking and increase the participation of women in economic governance structures and processes in order to ensure policy coherence and adequate resources for gender equality and the empowerment of women;

(g) Give priority to assisting the efforts of developing countries, including the least developed countries, to ensure the full and effective participation of women in deciding and implementing development strategies and integrating gender concerns into national programmes, including by providing adequate resources to operational activities for development in support of the efforts to achieve gender equality and the empowerment of women;

(h) Remove barriers and allocate adequate resources to enable the full representation and full and equal participation of women in political, social and economic decision-making and in administrative entities, in particular those responsible for economic and public finance policies, in order to guarantee the full and equal participation of women in the formulation of all plans, programmes and policies;

(i) Strengthen the capacities and mandates of institutional frameworks and accountability mechanisms, including of national machineries for the advancement of women, and ensure that they are continuously and adequately resourced and given the authority necessary to carry out their critical role in advocating for, supporting, monitoring and evaluating the integration of gender perspectives in all policy areas and the implementation of gender equality plans, programmes and legislation;

(j) Strengthen a coordinated and institutionalized dialogue between national mechanisms for the advancement of women, relevant governmental agencies and entities, including ministries of finance and planning and their gender focal points, and women's organizations in order to ensure the integration of gender perspectives into all national development policies, plans and budgets;

(k) Cost and adequately resource national policies, programmes, strategies and plans for gender equality and the empowerment of women, including gender mainstreaming and affirmative action strategies, and ensure that they are

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

incorporated into overall national development strategies and reflected in relevant sector plans and budgets to achieve international and regional commitments for gender equality, including Millennium Development Goal 3;

(l) Allocate resources for capacity development in gender mainstreaming in all ministries, particularly within national women's machineries and finance ministries and, as appropriate, local authorities, in order to ensure that domestic resource mobilization and allocation are carried out in a gender-responsive manner, and reinforce national efforts in capacity-building in social and gender budget policies;

(m) Improve, systematize and fund the collection, analysis and dissemination of sex-disaggregated and gender-related data, including data disaggregated by age and other factors and data on women's contribution to the care economy, and develop necessary input, output and outcome indicators at all levels to measure progress in financing gender equality and the empowerment of women, in particular in introducing and implementing gender-responsive approaches to public finance;

(n) Undertake and disseminate gender analysis of policies and programmes related to macroeconomic stability, structural adjustment, external debt problems, taxation, investments, employment, markets and all relevant sectors of the economy and support and facilitate research in those areas, with a view to achieving the objectives of the Platform for Action and with respect to their impact on poverty, on inequality and particularly on women, as well as to assess their impact on family well-being and conditions and adjust them, as appropriate, to promote more equitable distribution of productive assets, wealth, opportunities, income and services;

(o) Carry out gender-sensitive analysis of revenues and expenditures in all policy areas and take into account the review and evaluation results in budget planning, allocation and revenue-raising in order to enhance the contribution of Government expenditures to accelerating the full and effective implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action;

(p) Develop and implement, where appropriate, methodologies and tools, including national indicators, for gender-responsive planning and budgeting in order to systematically incorporate gender perspectives into budgetary policies at all levels, with a view to promoting gender equality in all policy areas;

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

(q) Urge developed countries that have not yet done so, in accordance with their commitments, to make concrete efforts towards meeting the target of 0.7 per cent of their gross national product for official development assistance to developing countries and 0.15 to 0.20 per cent of their gross national product to least developed countries, and encourage developing countries to build on the progress achieved in ensuring that official development assistance is used effectively to help meet development goals and targets and, inter alia, to assist them in achieving gender equality and the empowerment of women;

(r) Ensure the effective and equitable participation of developing countries in the formulation of financial standards and codes, with a view to the promotion of gender equality and the empowerment of women;

(s) Strengthen the focus and impact of development assistance, specifically targeting gender equality and empowerment of women and girls, in line with national development priorities, through both gender mainstreaming and funding of targeted activities and enhanced dialogue on those issues between donors and developing countries, and strengthen mechanisms to effectively measure resources allocated to incorporating gender perspectives in all sectors and thematic areas of development assistance;

(t) Encourage the integration of gender perspectives in aid modalities and efforts to enhance aid delivery mechanisms;

(u) Identify and implement development-oriented and durable solutions that integrate a gender perspective into the external debt and debt-servicing problems of developing countries, including least developed countries, inter alia, through debt relief, including the option of debt cancellation under official development assistance, in order to help them to finance programmes and projects targeted at development, including the advancement of women;

(v) Encourage international financial institutions to continue to take gender perspectives into account in the design of loans, grants, projects, programmes and strategies;

(w) Identify and address the differential impact of trade policies on women and men and incorporate gender perspectives in the formulation, implementation and evaluation of trade policies, develop strategies to expand trade opportunities for women producers and facilitate

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

the active participation of women in national, regional and international trade decision-making structures and processes;

(x) Undertake gender-sensitive assessments of national labour laws, policies and programmes and establish gender-sensitive policies and guidelines for employment practices, including those of transnational corporations, building on appropriate multilateral instruments, including the conventions of the International Labour Organization;

(y) Allocate adequate resources for the elimination of all forms of discrimination against women in the workplace, including unequal access to labour market participation and wage inequalities, as well as reconciliation of work and private life for both women and men;

(z) Establish and fund active labour market policies devoted to the promotion of full and productive employment and decent work for all, including the full participation of women in all international and national development and poverty eradication strategies, the creation of more and better jobs for women, both urban and rural, and their inclusion in social protection and social dialogue;

(aa) Take measures to develop, finance, implement, monitor and evaluate gender-responsive policies and programmes aimed at promoting women's entrepreneurship and private initiative, including through microfinance, microcredit and cooperatives, and assist women-owned businesses in participating in and benefiting from, inter alia, international trade, technological innovation and transfer, investment and knowledge and skills training;

(bb) Fully maximize the role of and ensure access to microfinance tools, including microcredit for poverty eradication, employment generation and, especially, for the empowerment of women, encourage the strengthening of existing and emerging microcredit institutions and their capacities, including through the support of international financial institutions, and ensure that best practices are widely disseminated;

(cc) Undertake legislative and administrative reforms to give women full and equal access to economic resources, including the right to inheritance and to ownership of land and other property, credit, natural resources and appropriate technologies;

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

(dd) Take all appropriate measures to eliminate discrimination against women and increase their access to and control over bank loans, mortgages and other forms of financial credit, giving special attention to poor, uneducated women; support women's access to legal assistance; encourage the financial sector to mainstream gender perspectives in its policies and programmes; ensure women's full and equal access to training and productive resources and social protection; and facilitate equal access of women, particularly women in developing and least developed countries, to markets at all levels;

(ee) Strengthen education, health, and social services and effectively utilize resources to achieve gender equality and the empowerment of women and ensure women's and girls' rights to education at all levels and the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health, including sexual and reproductive health, as well as quality, affordable and universally accessible health care and services, in particular primary health care;

(ff) Address the overall expansion and feminization of the HIV/AIDS pandemic, taking into account that women and girls bear a disproportionate share of the burden imposed by the HIV/AIDS crisis, that they are more easily infected, that they play a key role in care and that they have become more vulnerable to violence, stigma and discrimination, poverty and marginalization from their families and communities as a result of the HIV/AIDS crisis, and, in that regard, significantly scale up efforts towards the goal of universal access to comprehensive prevention programmes, treatment, care and support by 2010 and ensure that those efforts integrate and promote gender equality;

(gg) Ensure adequate financing for women's full, equal and effective participation at all levels in conflict prevention, management and resolution, peace negotiations and peacebuilding, including adequate national and international funding to ensure proper access to disarmament, demobilization and reintegration and other relevant programmes for women and girls;

(hh) Reduce excessive military expenditures, including global military expenditures, trade in arms and investment for arms production and acquisition, taking into consideration national security requirements, in order to permit the possible allocation of additional funds for social and economic development, including for gender equality and the advancement of women;

(ii) Ensure that adequate resources are allocated for activities targeting persistent serious obstacles to the advancement of women in situations of armed conflict and

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

in conflicts of other types, wars of aggression, foreign occupation, colonial or other alien domination as well as terrorism;

(jj) Integrate a gender perspective into the design, implementation, monitoring, evaluation and reporting of national environmental policies, strengthen mechanisms and provide adequate resources to ensure women's full and equal participation in decision-making at all levels on environmental issues, in particular on strategies related to the impact of climate change on the lives of women and girls;

(kk) Strengthen coordination, accountability, effectiveness and efficiency in the United Nations system for the achievement of gender equality and the empowerment of women, including through more effective mainstreaming in all aspects and enhancing its capacity to effectively assist States, at their request, in implementing their programmes on gender equality and the empowerment of women and, to that end, make adequate and reliable human and financial resources available;

(ll) Create and enhance a supportive environment for the mobilization of resources by non-governmental organizations, in particular women's organizations and networks, to enable them to increase their effectiveness and to contribute to gender equality and the empowerment of women, including through assisting in the implementation of the Platform for Action and participating in policy processes and programme delivery;

(mm) Provide assistance to States parties to the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, upon their request, to support the implementation of the obligations of States parties under the Convention.

22. The Commission invites the Committee on the Elimination of Discrimination against Women to continue to give, while exercising its mandated functions, due consideration to financing for gender equality and the empowerment of women in its work.

23. The Commission requests Member States, with a view to strengthening financing for gender equality and the empowerment of women, to integrate gender perspectives in the preparations for and outcome of the Follow-up International Conference on Financing for Development to Review the Implementation of the Monterrey Consensus, to be held in Qatar in 2008.

FACAMP MODEL UNITED NATIONS

O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO

Source: COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN. **Agreed Conclusions on Financing Gender Equality and the Empowerment of Women.** 47th Session, 2003/44. Available at: <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/agreedconclusions/Agreed%20conclusions%2047th%20session.pdf>. Accessed on: 15 August 2013.